

Segue(m) juntado(s), nesta data,  
documento(s) rubricado(s) sob nº  
60a 61 e folha de informação  
sob nº 62. 4 / 4 / 18  
Ass: 

Diego Marinetto  
Técnico Administrativo  
RF. 11.478



# Prefeitura do Município de São Paulo

São Paulo, 27 de março de 2018.

GABINETE DO PREFEITO

Ofício A. J. L. nº 87 / 2018

Ref.: Ofício SGP-23 nº 00131/2018

Folha nº 60 do proc.  
nº 1-382 de 20 13

DIEGO MARINETTO  
Técnico Administrativo  
RF. 11.478

DOCREC

240/2018

Senhor Presidente

Por meio do ofício em epígrafe, Vossa Excelência encaminhou à sanção cópia do Projeto de Lei nº 382/13, de autoria do Vereador Aurélio Nomura, aprovado em sessão de 1º de março de 2018, que estabelece diretrizes para o Programa de Terapia Floral, prática complementar ao bem-estar e à saúde, no âmbito do Município de São Paulo.

Reconhecendo o relevante interesse público de que se reveste a propositura, tanto que a Portaria nº 702, de 21 de março de 2018, editada pelo Ministério da Saúde, introduziu a terapia floral à Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares, acolho o texto vindo à sanção, com exceção de seu artigo 3º, na conformidade das razões a seguir aduzidas.

Com efeito, ao determinar que o Programa de Terapia Floral será desenvolvido com o apoio de profissionais inscritos nos respectivos órgãos de classe ou nas associações de terapeutas florais nacionais e regionais, a aplicação do citado dispositivo pode gerar descompasso com as diretrizes traçadas para a referida Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares, instituída pela Portaria nº 971/GM/MS, de 03 de maio de 2006, à qual a terapia floral foi recentemente integrada.

Com efeito, a estruturação da política em apreço colima o desenvolvimento das Práticas Integrativas e Complementares em caráter multiprofissional, para as categorias profissionais presentes no Sistema Único de Saúde - SUS e em consonância com o nível de atenção em saúde.

Ademais, sua organização orienta-se por estratégias de qualificação em Práticas Integrativas e Complementares para profissionais no SUS, em

CMSP - SGP-23 - 28/03/2018 - 13:03 - 109717 - 2/2



DIEGO MARINETTO  
Técnico Administrativo  
RF. 11.478

conformidade com os princípios e diretrizes estabelecidos para a educação permanente, conforme disposto no artigo 27 da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

Demonstradas, pois, as circunstâncias que me compelem a vetar o artigo 3º do projeto de lei aprovado, o que ora faço com fulcro no § 1º do artigo 42 da Lei Orgânica do Município de São Paulo, devolvo o assunto ao reexame dessa Egrégia Câmara.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de apreço e consideração.



JOÃO DORIA  
Prefeito

Ao  
Excelentíssimo Senhor  
VEREADOR MILTON LEITE  
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo

MTGS/jgc  
VP 382-13



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**SÃO PAULO**

fls. 78

Papel para informação, rubricado como folha nº 62

do processo nº 01-PL- 382 de 2013 (a)

Diego Marinetto  
Técnico Administrativo  
RF. 11.478

ÀS COMISSÕES DE: 04 ABR 2018

Administração Pública

Saúde, Prom. Soc., Trab., Idoso e Mulher

PRESIDENTE

À comissão competente:

04.04.18

Antonio Isoldi Caleari

Supervisor da Equipe de Controle do Processo Legislativo - SGP.22

04 ABR 2019

Segue M juntado S, nesta data, documento(s)  
e papel de informação rubricado S sob folha(s)  
nº 62.669. Em 31/04/18.

João Carlos Dias Chaves  
RE: 11.336 SGP-12



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**SÃO PAULO**

Equipe da Secretaria das  
Comissões Permanentes do Processo Legislativo - SGP.12

fls. 80  
Folha nº 63 do Proc.  
Nº 382 de 20 13  
João Carlos Dias Chaves  
RF 11.336 - SGP.12

São Paulo, 17 de maio de 2018.

Memo SGP.12 - nº 017/2018

Ao  
Exmo. Sr. Vereador  
Presidente de Comissão Permanente do Processo Legislativo

Informo a Vossa Excelência que as matérias legislativas constantes da lista abaixo receberam veto do prefeito:

**VETO PARCIAL**

**PL 382/2016 – Ver. Aurélio Nomura**

ESTABELECE DIRETRIZES PARA O "PROGRAMA DE TERAPIA FLORAL", PRÁTICA COMPLEMENTAR AO BEM-ESTAR E A SAÚDE, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.

**COMISSÕES PERMANENTES DESIGNADAS:**

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER.

Como as razões do veto tem fundamentação abrangente, com implicação concomitante de aspectos de constitucionalidade ou legalidade, de interesse público e de ordem financeira, subsumindo-se aos termos do artigo 364 do Regimento Interno, as Comissões competentes emitirão parecer conjunto.

Se necessário, informo que as razões de veto encontram-se publicadas e disponíveis em meio digital nas bases de dados da Câmara, bem como os autos dos projetos arrolados encontram-se disponíveis no setor da Equipe de Secretaria das Comissões do Processo Legislativo – SGP. 12, aguardando manifestação de Vossas Excelências para fins de cumprimento do art. 364 do Regimento Interno.

Atenciosamente,

**João Carlos Dias Chaves**

Supervisor – SGP-12

Equipe da Secretaria das Comissões Permanentes do Processo Legislativo

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**Equipe da Secretaria das  
Comissões Permanentes do Processo Legislativo - SGP.12Folha nº 64 do Proc. 81  
Nº 382 de 20 13  
João Carlos Das Chaves  
RF 11.388 / SGP.12**SGP.12 – Secretaria das Comissões do Processo Legislativo  
PROTOCOLO DE RECEBIMENTO****Memo SGP.12 - nº 017/2018 – Vetos****17/05/2018**

| GABINETE                                                                                                 | SALA | RECEBIDO POR (NOME E RF)         | DATA E HORA       |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|----------------------------------|-------------------|
| <b>Gilson Barreto – PSDB</b><br>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE<br>ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA                       | 721  | 231 085<br>DANILLO BARRETO       | 17/05/18<br>11:47 |
| <b>Patrícia Bezerra - PSDB</b><br>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SAÚDE,<br>PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER | 313  | Patrícia G. dos Anjos<br>600 352 | 17/5/18<br>11:57  |

A SGP-22

Per prosseguimento.

31/07/18  
João Carlos Dias Chaves  
Supervisor  
RF. 11.336 - SGP-12